



3° SIMULADO INÉDITO PARA
**XXXII EXAME
DE ORDEM**

TIPO PROGRESSIVO



Estratégia
OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-30-01>



Siga as nossas Redes Sociais
[Estratégia OAB no YouTube](#)
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

Vanderleia constitui uma sociedade de advogados com Priscilinha, e especializam a sua atividade no ramo de Direito de Família. No entanto, diante da recorrente procura por advogados especialistas em Direito do Consumidor, as sócias optaram por se associarem a Igor Maciel, advogado de grande renome na advocacia.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) Igor Maciel poderá ter êxito em eventual Reclamação Trabalhista que postule vínculo de emprego com o escritório das sócias, Vanderleia e Priscilinha.
- b) A sociedade de advogados pode associar-se com advogados, sem vínculo de emprego, e independente de participação nos resultados.
- c) Os advogados sócios e os associados respondem solidariamente pelos danos causados diretamente ao cliente.
- d) Os advogados sócios e os associados respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados diretamente ao cliente.

Questão 2

O advogado JP trabalha como empregado, em regime de dedicação exclusiva, para a Sociedade de Advogados Monteiro Lobato. Depois de 2 anos trabalhando nesta condição, ele opta por questionar alguns direitos trabalhistas perante o setor de Recursos Humanos, tais como: Horas extras e Adicional Noturno.

Os questionamentos do advogado se embasam no fato de trabalhar 8 horas diárias e 44 horas semanais, bem como por laborar em alguns dias após às 22 horas e sem o devido adicional noturno.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- a) JP não possui direito a hora extra, já que em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a jornada normal de oito horas diárias.
- b) JP possui direito a hora extra, já que em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais.
- c) JP possui direito a adicional noturno no importe de vinte por cento sobre as horas trabalhadas no período das vinte horas de um dia até as cinco horas do dia seguinte.
- d) JP possui direito a adicional noturno no importe de vinte por cento sobre as horas trabalhadas no período das vinte e duas horas de um dia até as cinco horas do dia seguinte.

Questão 3

Renatinha é contratada como advogada de Jackson, motoboy, que laborava para a empresa “Exportação Express” Ltda. para fins de ingressar com uma Reclamação Trabalhista.

No entanto, já em sede de execução do processo, e próximo ao levantamento de valores, Renatinha percebe uma certa resistência de Jackson em arcar com o valor pactuado dos honorários contratuais. Diante desta situação, a advogada peticiona no processo, e solicita que se faça a dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, com o único intuito salvar os seus honorários.

Com base no Estatuto da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.
- b) Ainda que expedido o mandado de levantamento, o juiz deve determinar que sejam pagos os honorários a advogada, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte.
- c) O juiz pode determinar que sejam pagos os honorários a advogada, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, desde que haja a sua concordância expressa.
- d) O juiz não pode determinar o pagamento de honorários pelo sistema de dedução, haja vista que os honorários deverão ser cobrados por via judicial própria.

Questão 4

Fernanda, advogada, encontra-se em estado de êxtase por ser a mais nova milionária em São Paulo, e tudo decorrente do sucesso que obteve em recorrentes pleitos de indenização por danos morais intentados, por via judicial, em prol de sua cliente Xuxa Meneguel.

Com fulcro no Estatuto da OAB e o tema honorários advocatícios, assinale a alternativa correta.

- a) Caso seja realizado um acordo entre Xuxa e a parte contrária, os honorários convencionados serão prejudicados.
- b) A execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado a advogada.
- c) A execução dos honorários não pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado a advogada, devendo se instaurar incidente próprio na Justiça Comum.
- d) O acordo feito por Xuxa e a parte contrária, independente de aquiescência da advogada, não lhe prejudica os honorários apenas quando concedidos por sentença.

Questão 5

Fabi, advogada, tenta por diversas vezes receber amigavelmente os honorários advocatícios pagos pelo seu cliente Daniel, inclusive, amigo de sua família.

Daniel visando adimplir a sua dívida, questiona a possibilidade de a advogada aceitar cheque ou nota provisória, o que é aceito pela advogada, em qualquer das modalidades a serem escolhidas pelo cliente.

Com base no exposto, quanto a forma de pagamento dos honorários, assinale a alternativa correta.

- a) O cheque emitido pelo cliente em favor do advogado, depois de frustrada a tentativa de recebimento amigável, pode ser levado a protesto.
- b) O cheque emitido pelo cliente em favor do advogado, independente de frustrada a tentativa de recebimento, não pode ser levado a protesto.
- c) Não poderá ser levado a protesto a nota promissória emitida pelo cliente em favor do advogado, ainda que frustrada a tentativa de recebimento amigável.
- d) A nota promissória emitida poderá ser levada a protesto, independente de frustrada a tentativa de recebimento amigável.

Questão 6

Rubão decide advogar e constituir uma sociedade unipessoal de advocacia, em razão da grande procura de clientes na esfera civil. Visando a regularização das atividades o advogado realizou o registro no cartório de registro civil de pessoa jurídica.

Quanto a regularização da atividade de advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) É autorizado o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.
- b) É vedado o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.
- c) É autorizado o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que não tenha como principal finalidade a atividade de advocacia.
- d) É vedado o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, apenas de sociedade que tenha como única finalidade a atividade de advocacia.

Questão 7

Dra. Dondoquinha acaba de se graduar na faculdade de direito, e já garantiu a sua aprovação no exame de OAB.

Nesta situação, a advogada foi contratada sob o regime de exclusividade pelo escritório Garcia Sociedade de Advogados e, segundo o Estatuto da OAB, deverá observar que:

- a) a formação da relação de emprego, na qualidade de advogado, não lhe retira a isenção técnica nem reduz a sua independência profissional, inerentes à advocacia.
- b) o salário mínimo profissional do advogado será fixado por deliberação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os honorários de sucumbência não serão devidos aos advogados empregados.
- d) os honorários de sucumbência, percebidos como advogado empregado de sociedade de advogados são partilhados de forma isonômica entre ele e a empregadora.

Questão 8

Sandy procura a advogada Priscilinha, rainha dos divórcios, objetivando a realização do seu divórcio com Lucas Lima, e já informa no primeiro atendimento de que a via conciliatória é inviável para as partes, especialmente, pelas recorrentes brigas do casal.

Priscilinha como grande fã de Sandy&Junior fica emocionada por ser escolhida para tal tarefa, mas afirma que o seu trabalho deverá observar a Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Seccional, mas que poderá reduzir o valor, caso consiga acordar as partes extrajudicialmente.

Diante do exposto, e com base no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) Fica vedada, em qualquer hipótese, a diminuição dos honorários contratados em decorrência da solução do litígio por qualquer mecanismo adequado de solução extrajudicial.
- b) É autorizada a diminuição dos honorários contratados em decorrência da solução do litígio por qualquer mecanismo adequado de solução extrajudicial.
- c) A advogada deverá observar o valor mínimo da Tabela de Honorários instituída pelo Conselho Federal, inclusive aquele referente às diligências, sob pena de caracterizar-se aviltamento de honorários.
- d) É autorizada a diminuição dos honorários contratados, quando a solução do litígio se der por meio de arbitragem.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

Quanto ao ordenamento jurídico, é CORRETO afirmar:

- a) É hierarquizado porque as normas federais são superiores às estaduais.
- b) É fragmentado porque existem vários ramos do direito com princípios diferentes.
- c) É estruturado em repertório porque deve ser analisado a partir de cada norma que forma o todo.
- d) É estático e dinâmico.

Questão 10

Revivendo as ideias platônicas, ele pregou que a meta do Estado deveria ser fazer com o que povo vivesse uma vida digna (virtuosa), de modo a ascender da civitas terrea (cidade terrena – onde predomina o pecado) para a civitas Dei (cidade de Deus). Na cidade de Deus, prevalece a lei eterna, que a tudo rege; na cidade do homem, a lei humana rege as condutas.

Esse pensamento se liga às ideias de Agostinho de Hipona. Acerca desse pensador, anote a opção correta:

- a) A Justiça e o Direito provêm do Estado, que como representante divino na Terra, deve ser sempre obedecido.
- b) A lei humana é justa por natureza, porque garantidora da ordem social.
- c) A justiça, pretensão de correção, é da essência do Direito, sem o que este se torna amparado apenas na força, o que é inadmissível.
- d) A concepção de justiça agostiniana se baseia na ideia de que o mal é algo concreto, existente por si só, e sempre presente, devendo ser evitado por leis justas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

A Assembleia Legislativa do Estado-Membro Beta promulgou lei cujo objeto foi vedar a cobrança de taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet pelas empresas de telecomunicações e permitir a acumulação das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia, visando proteção aos consumidores. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei estadual é constitucional, visto que trata do direito do consumidor, logo, trata-se de competência concorrente da União e Estados.
- b) A Lei estadual é inconstitucional, visto que cabe à União exclusivamente a competência legislativa e administrativa para disciplinar a prestação dos serviços públicos de telecomunicações.
- c) A Lei estadual é constitucional, visto que cabe aos Estados-membros legislar sobre a proteção dos usuários de serviços públicos.
- d) A Lei estadual é inconstitucional, visto que trata do direito do consumidor, logo, trata-se de competência dos Municípios.

Questão 12

Em determinado estado da federação, uma associação elaborou reforçado anteprojeto de lei voltado para a disciplina dos contratos de compra e venda de imóveis. O referido anteprojeto estava inteiramente adaptado às peculiaridades do respectivo Estado. Logo depois, a associação pediu à sua assessoria jurídica informações sobre qual seria o ente federado competente para legislar sobre a matéria, que proferiu a seguinte manifestação:

- a) o referido estado da federação tem competência legislativa privativa, já que a temática versa sobre direito civil.
- b) a União e o Estado têm competência concorrente, já que o tema trabalhado é de direito comercial.
- c) a União tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito comercial.
- d) a União tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito civil.

Questão 13

Em um distrito pertencente ao município Alfa foi realizada uma pesquisa de opinião pública, seguida de abaixo-assinado. A população foi a favor do desmembramento do distrito em relação ao município Alfa. Tal opção acabou por criar um novo município. Com isso, houve a aprovação de lei estadual pela assembleia legislativa criando o novo município e estabelecendo novos limites entre este município e o município Alfa. No caso narrado, a lei estadual que deu origem ao novo município é

- a) constitucional, pois houve uma pesquisa de opinião pública e um abaixo-assinado, em que a população do distrito manifestava seu interesse na criação do novo município.
- b) inconstitucional, pois além de não ter havido prévia consulta, mediante plebiscito, das populações de ambas as localidades, também não houve lei complementar que determinava o período.
- c) constitucional, pois foram respeitados todos os requisitos previstos na CFRFB/88 para que o desmembramento de municípios venha a ocorrer.
- d) inconstitucional, já que para a transformação do distrito em município precisa de autorização prévia de lei municipal ao qual pertença o distrito, não cabendo ao estado legislar sobre tal matéria.

Questão 14

No estado brasileiro BETA houve um plebiscito com o objetivo de se permitir aos eleitores do estado o voto sobre o processo de alteração territorial para a criação dos estados X e Y. Caso o plebiscito tivesse resultado na aprovação da criação, por meio do voto direto de todos os eleitores com domicílio eleitoral naquele estado e que estavam em dia com as obrigações eleitorais, qual seria a próxima etapa deste processo de divisão:

- a) a aprovação pelo legislativo da divisão do estado, por meio de Lei Ordinária Federal.
- b) a aprovação pelo legislativo da divisão do estado, por meio de Medida Provisória.
- c) a aprovação pelo legislativo da divisão do estado, por meio de Lei Complementar Federal.
- d) a aprovação pelo legislativo da divisão do estado, por meio de Emenda Constitucional.

Questão 15

Município “Alfa”, dentro de Estado “X”, que faz parte da Federação brasileira, descumpriu ordem judicial do Tribunal de Justiça de seu Estado. Diante deste fato, segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, é correto afirmar que será cabível:

- a) O Tribunal de Justiça só poderá requisitar intervenção do Estado no Município através de Ação Indireta Interventiva, proposta pelo Promotor de Justiça em razão da aplicação do princípio da simetria.
- b) Ação Direta Interventiva Estadual, podendo ser ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, junto ao Tribunal de Justiça local e sendo julgada procedente autoriza a intervenção estadual no referido Município, uma vez decretada pelo Governador do Estado.
- c) O Tribunal de Justiça só poderá requisitar intervenção do Estado no Município, através de Ação Indireta Interventiva, proposta pelo Promotor de Justiça em razão da aplicação do princípio da simetria.
- d) Ação Direta Interventiva Estadual, podendo ser ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, junto ao Tribunal de Justiça local e sendo julgada procedente autoriza a intervenção estadual no referido Município, uma vez decretada pelo Presidente da República.

Questão 16

Considere que o Estado de Pernambuco deixe de entregar aos seus Municípios o percentual de 25% referente ao produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, sob o argumento de que eles não atenderam à condição prevista em programa de benefício fiscal criado pelo Estado. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) há fundamento constitucional para que o Presidente da República, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, decrete a intervenção federal.
- b) não há fundamento constitucional para a decretação da intervenção federal, pois a falta de repasse de um único imposto não permite a deflagração de intervenção federal, mecanismo constitucional extremamente gravoso.
- c) há fundamento constitucional para que o Presidente da República, de forma espontânea e após verificação dos motivos que a determinam, decrete Intervenção Federal sobre o Estado.
- d) não há fundamento constitucional para a decretação de intervenção federal, pois a imposição de condição prevista em programa de benefício fiscal é constitucional.

Questão 17

Márcia é enfermeira concursada da Prefeitura do Município X. Se aventurou na vida política e foi eleita vereadora. Por se tratar de um Município pequeno, Márcia consegue conciliar as atividades de enfermeira e vereança, sem prejuízo de uma para com a outra. Já no Município vizinho Y, Gabriel, que é motorista concursado, também foi eleito vereador, mas não consegue realizar as duas atividades simultaneamente, pois trata-se de uma cidade muito maior, o que acaba exigindo do dele um tempo diário extenso de dedicação ao cargo eletivo. Segundo prevê a Constituição Federal, diante dessas duas situações, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Márcia terá direito a perceber as duas remunerações (de enfermeira e de vereadora) e Gabriel perceberá a remuneração que optar (de motorista ou de vereador).
- b) Márcia terá direito a perceber as duas remunerações (de enfermeira e de vereadora) e Gabriel perceberá a remuneração de vereador.
- c) Márcia não terá direito a perceber as duas remunerações (de enfermeira e de vereadora), visto que um dos cargos é da área de saúde e Gabriel perceberá a maior remuneração.
- d) Márcia terá direito a perceber as duas remunerações (de enfermeira e de vereadora) e Gabriel perceberá a remuneração de motorista.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

O Tribunal Penal Internacional (TPI), previsto e criado pelo Estatuto de Roma em 1998, iniciou seus trabalhos em julho de 2002. Em abril de 2020, a desembargadora Mônica Sifuentes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi indicada para concorrer a uma vaga na referida corte. Se aprovada, a magistrada seria a segunda brasileira a ocupar uma cadeira no TPI desde a sua criação – a primeira foi a jurista Sylvia Steiner. Ao acompanhar o noticiário e essas informações, sua família questionou se o Brasil não poderia deixar a cargo do Tribunal o julgamento dos casos mais graves envolvendo violação aos direitos humanos e tráfico internacional de drogas.

Ao perceber que o tema despertou a curiosidade de todos, você, como advogado atuante na defesa dos direitos humanos, explica que o Tribunal Penal Internacional:

- a) é uma instituição transitória, atuando apenas em face de crimes contra a humanidade, a exemplo de guerras e atentados terroristas.
- b) é uma instituição com sede em Haia e, sempre que entender conveniente, poderá funcionar em outro local. O Tribunal tem personalidade jurídica internacional e poderá exercer seus poderes e funções apenas no território dos Estados signatários do Estatuto de Roma.
- c) é uma instituição permanente, cuja competência está restrita aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional, a exemplo do genocídio, dos crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

d) poderá julgar crimes cometidos a qualquer tempo, ainda que anteriores a entrada em vigor do Estatuto de Roma.

Questão 19

Pedro é uma pessoa com deficiência e, em razão da sua idade já avançada, desconhece os direitos voltados à sua proteção. Seu neto, jovem estudante de Direito, após participar de uma semana de conscientização, chega em casa querendo demonstrar o que aprendera.

Com base na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, pode-se afirmar que:

- a) Pedro pode ser enquadrado como pessoa com deficiência por apresentar impedimentos de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
- b) Considera-se como adaptação razoável o ajuste necessário e adequado que, sem acarretar ônus desproporcional ou indevido, assegura que Pedro possa gozar ou exercer, em igualdade com as demais pessoas, todos os seus direitos humanos e liberdade fundamentais. A recusa de adaptação razoável, quando requerida, será considerada como ilícito civil, cabendo a propositura de ação indenizatória, mas não configura discriminação.
- c) Embora extremamente relevante no cenário internacional e impactante nos ordenamentos jurídicos internos, a Convenção não prevê a utilização de relatórios como forma de averiguação do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados.
- d) Havendo violação dos direitos previstos na Convenção, admite-se a utilização de petições individuais ao Comitê. Em algumas hipóteses, a comunicação individual não será admitida, a exemplo da ausência de esgotamento dos recursos internos disponíveis e se a comunicação não estiver sido fundamentada suficientemente.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Caio, Tício e Mévio foram presos em uma operação da polícia federal e, por conta de seus crimes envolvendo tráfico de drogas e entorpecentes e foi requerida a extradição dos três meliantes para Vanuatu, país com o qual o Brasil não possui tratado de cooperação jurídica internacional.

Caio é brasileiro nato e também cometeu crime comum, Tício é brasileiro naturalizado e Mévio é um estrangeiro proveniente do Paraguai.

Sobre a Extradição, assinale a afirmativa correta.

- a) Caio e Tício não podem ser extraditados, por serem brasileiros, somente Mévio será extraditado.
- b) Caio não será extraditado por ser brasileiro nato, mas Tício e Mévio podem ser extraditados.
- c) Caio, Tício e Mévio podem ser extraditados, por terem se envolvido com tráfico de drogas e entorpecentes.
- d) Nenhum dos estrangeiros será extraditado, já que exige-se um tratado bilateral para extradição.

Questão 21

Carmen, brasileira nata que possuía Green Card, mas adquiriu voluntariamente a nacionalidade americana, foge para o Brasil após ser acusada de matar o seu marido nos Estados Unidos.

Sobre a Extradição de Carmem:

- a) Brasileira, titular de green card, que adquire nacionalidade norte-americana, perde a nacionalidade brasileira e pode ser extraditado pelo Brasil.
- b) Carmen é brasileira nata e não pode perder sua nacionalidade.
- c) Carmen não pode ser extraditada mesmo perdendo sua nacionalidade brasileira, por ser brasileira nata.
- d) O Brasil não extradita criminosos para os Estados Unidos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

Paulo, que é proprietário de um único imóvel situado no Município de São Paulo, no qual reside com sua esposa e com os seus dois (2) filhos menores, está sendo executado pelo Município devido à falta de pagamento do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar incidentes sobre tal imóvel. Com base nessa hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) O imóvel residencial próprio do casal é bem de família impenhorável, não devendo responder por qualquer tipo de dívida.
- b) O imóvel residencial próprio do casal poderia ser penhorado até mesmo se o crédito tributário executado fosse relativo ao IR - Imposto sobre a Renda.
- c) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível à cobrança do IPTU incidente sobre o próprio imóvel, muito embora seja oponível à cobrança de taxa de serviço público devida em função do imóvel familiar.
- d) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar incidentes sobre o imóvel familiar.

Questão 23

A sociedade ABC Ltda. teve sua falência decretada em 20/10/2019, quando já possuía dívidas trabalhistas no valor de R\$ 120.000,00, decorrentes de condenações judiciais já transitadas em julgado, e quando já possuía dois imóveis hipotecados para garantia de empréstimos bancários. O Estado de São Paulo também tem créditos tributários de ICMS a receber da sociedade, inscritos em dívida ativa em maio de 2018. Com base nessa hipótese, é correto afirmar que o Estado:

- a) Tem direito de preferência sobre todo e qualquer credor, pois o crédito tributário foi inscrito em dívida ativa antes da decretação da falência.
- b) Tem direito de preferência sobre os credores trabalhistas.
- c) Tem direito de preferência sobre os credores hipotecários.
- d) Tem de respeitar a preferência dos credores hipotecários, no limite do valor dos bens gravados.

Questão 24

A entidade sem fins lucrativos XYZ dedica-se à prestação de serviço de assistência social. Por cumprir os requisitos previstos em lei complementar, teve reconhecido, pelo Fisco Municipal, o direito à imunidade tributária quanto ao ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Após sofrer procedimento de fiscalização tributária, devidamente instaurado pela autoridade fiscal competente, foi autuada por não manter os livros fiscais relativos às suas atividades, obrigação essa legalmente imposta a todos os prestadores de serviços. Com base nessa hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) A multa se mostra incorreta devido à imunidade tributária.
- b) Como a obrigação tributária acessória segue a obrigação tributária principal, a multa se mostra incorreta.
- c) Todas as pessoas, contribuintes ou não de impostos, inclusive às que gozem de imunidade tributária, estão sujeitas à fiscalização tributária.
- d) Como não há obrigação tributária principal a ser cumprida, devido à imunidade tributária, o Fisco não pode realizar atos de fiscalização tributária dessa entidade.

Questão 25

A pessoa jurídica ABC dedica-se à atividade de importação de produtos industrializados, com subsequente revenda no mercado interno. Em razão dessas operações o Fisco Federal vem lhe exigindo o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados no momento do desembaraço aduaneiro e no momento da revenda dos produtos industrializados importados no mercado interno. A contribuinte entende que a cobrança do imposto na operação de revenda é indevido, uma vez que não há processo de industrialização ou transformação no Brasil, mas simples revenda.

- a) A ausência de operação de industrialização no Brasil em relação ao produto importado inviabiliza a cobrança do IPI na revenda pelo importador.
- b) A ausência de operação de industrialização no Brasil em relação ao produto importado não impede a cobrança do IPI na revenda pelo importador.
- c) O Fisco Federal está praticando bitributação ao cobrar o IPI no momento do desembaraço aduaneiro e no momento da revenda dos produtos industrializados importados no mercado interno.
- d) A importação de produtos está sujeita somente à incidência do II - Imposto sobre operação de Importação.

Questão 26

O Estado de São Paulo aprovou uma lei ordinária instituindo ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços sobre a venda de salvados de sinistro, isto é, sobre a venda de automóveis que, por algum acidente (colisão, enchente etc.), perderam mais de 75% de seu valor de mercado, sendo sua propriedade transferida para a seguradora mediante o pagamento da correspondente indenização ao segurado. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que:

- a) A lei estadual é constitucional, pois a venda dos automóveis salvados de sinistro é uma operação de compra e venda de mercadorias sujeita à incidência do ICMS.
- b) A lei estadual é inconstitucional, pois a venda em questão está sujeita ao IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, que incide sobre operações de seguro.
- c) A lei estadual é inconstitucional, pois a venda dos automóveis salvados de sinistro não configura circulação de mercadoria para fins de incidência do ICMS.
- d) A lei estadual é inconstitucional, pois compete à Lei Complementar instituir o ICMS.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

O Estado Y celebrou contrato de concessão de serviços públicos precedida de obra pública com a empresa Constrói, o qual tinha por objeto a exploração e conservação de determinada rodovia estadual. Dois anos após o início da execução do contrato, a população usuária da rodovia começou a encaminhar diversas reclamações ao governo estadual, especialmente de que a tarifa estava com um custo muito elevado e já havia diversos buracos no asfalto, assim como a sinalização estava ruim. Diante disso, a empresa foi notificada da abertura de processo administrativo, o qual concluiu pela má prestação do serviço por culpa da contratada. A partir dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve ser declarada a nulidade do contrato, uma vez que incabível concessão de serviço público precedida de obra pública para fins de conservação da rodovia.
- b) Toda concessão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, o que inclui continuidade, eficiência, segurança, individualidade, cortesia na sua prestação e atualidade das tarifas.
- c) A critério do poder concedente, poderá ser declarada a caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, desde que comprovada a inexecução total do contrato por parte da empresa.
- d) Poderá ser declarada a caducidade da concessão, por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, desde que precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

Questão 28

Um estado da Federação pretende construir um hospital-maternidade modelo, utilizando os recursos tecnológicos mais modernos disponíveis, visando oferecer maior segurança às parturientes e neonatos, assim como otimizar o atendimento. Não dispendo de recursos para custear a totalidade da obra e nem tendo expertise para promover uma boa gestão do hospital, o Estado deseja firmar um contrato de parceria público-privada, nos moldes da Lei n. 11.079/2004. Sobre o instituto da Parceria Público-Privada, assinale a afirmativa correta:

- a) não será possível a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- b) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não deve ser inferior a 10 (dez), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- c) o contrato poderá prever a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- d) o ente particular será remunerado integralmente com o valor das tarifas cobradas dos usuários do serviço, sendo vedado ao ente público o custeio direto das atividades desenvolvidas pelo particular.

Questão 29

Após diversas tentativas de acordo, os funcionários de determinada empresa concessionária do serviço público de transporte urbano municipal decidiram paralisar suas atividades por tempo indeterminado. Eles alegavam a defasagem salarial, as péssimas condições de trabalho, a falta de segurança dentro dos ônibus e a impossibilidade de diálogo da categoria com a empresa contratada. Diante da paralisação, o transporte de passageiros ficou inteiramente prejudicado e a população do Município, desassistida. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) O poder concedente poderá intervir imediatamente na concessão, por meio de portaria, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço.
- b) Caso seja declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa, qual deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias.
- c) O poder concedente poderá declarar a encampação do serviço durante o prazo da concessão, mediante lei autorizativa específica e ulterior pagamento da indenização.
- d) As contratações de mão-de-obra feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, estabelecendo relação empregatícia subsidiária entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

Questão 30

A União pretende contratar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), para realizar serviços de logística, incluindo a distribuição, por meio de sua malha de atendimento, de material escolar e de livros didáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com base nessa situação, é correto afirmar:

- a) a licitação é dispensável, haja vista a empresa pública federal integrar a Administração e ter sido criada em data anterior à da Lei nº 8.666/93 para prestação de serviços postais, dentre os quais se incluem os serviços de logística integrada.
- b) a licitação é dispensada, pois a estatal integra a Administração e foi criada em data anterior à da Lei nº 8.666/93 para prestação de serviços postais, dentre os quais se incluem os serviços de logística integrada.
- c) a licitação é inexigível, uma vez que a estatal exerce a atividade em regime de monopólio, o que inviabiliza a competição.
- d) a contratação deverá ser precedida de licitação, na modalidade tomada de preços, em razão do objeto do contrato.

Questão 31

O Município de Montanhas visa celebrar sucessivos contratos de compra de material de limpeza, de uso contínuo nos órgãos para os quais os bens serão destinados, utilizando os mecanismos legais que melhor atendam ao princípio da eficiência na administração pública. Diante disso, o Prefeito envia consulta à sua assessoria jurídica, a qual informa corretamente que a modalidade de licitação a ser adotada deverá ser:

- a) o regime diferenciado de contratações (RDC), por expressa previsão na lei que o regula.
- b) o pregão, independentemente do valor estimado, sendo possível o processamento das compras mediante o sistema de registro de preços.
- c) o convite, em razão da menor formalidade do certame e do objeto ser destinado a serviços de limpeza, independentemente do valor do orçamento.
- d) a consulta, especialmente por não ter relação com o valor estimado do futuro contrato e por a habilitação e o julgamento das propostas poderem ser decididos em uma única fase.

Questão 32

O Estado X rescindiu unilateralmente um contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/1993 celebrado com a empresa Gama. Para tanto, não houve a instauração de processo administrativo, nem mesmo foi verificada eventual culpa da empresa contratada ou fundamentada a decisão. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) o Estado tem o dever de indenizar o contratado pelos serviços executados até a rescisão contratual, bem como por lucros cessantes estimados até o prazo final estabelecido originalmente, independentemente de culpa ou dolo do contratado.

- b) o Estado não tem a faculdade de rescindir administrativamente o contrato administrativo, devendo a questão ser judicializada.
- c) a empresa contratada deve ser indenizada pelos serviços prestados até a data da extinção do contrato, sob pena de enriquecimento sem causa do Estado.
- d) o Estado possui a prerrogativa de rescindir unilateralmente o contrato, sendo prescindível a fundamentação, desde que apresente autorização escrita.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

O sitiante Norival Júnior possui uma pequena propriedade rural localizada no município de Águas de Março, Estado de Alagoas, na qual pratica agricultura de subsistência e cria pequenos animais.

Em função da necessidade da abertura de novas áreas para plantio de pastagens, o senhor Norival decidiu procurar orientação junto ao sindicato de trabalhadores rurais do município para saber se é permitido realizar a supressão da vegetação nativa destinada à Reserva Legal. Corretamente o diretor do sindicato responde que:

- a) por ser uma pequena propriedade rural é dispensável a manutenção da Reserva Legal.
- b) a presença de Reserva Legal em uma propriedade somente é obrigatória para imóveis localizados na Amazônia Legal.
- c) caso o mesmo tenha averbado a Reserva Legal junto à matrícula do imóvel, não há necessidade de manutenção das Áreas de Preservação Permanente.
- d) a Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Questão 34

O objetivo básico das Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei.

Nesse contexto, o agricultor Ricardo possui uma propriedade rural inserida em partes dos limites de um Parque Nacional recém criado. Diante dessa situação, marque a opção correta, de acordo com a Lei 9.985/00:

- a) O Parque Nacional pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade.
- b) O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo dispensável a desapropriação das áreas particulares incluídas em seus limites, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com os interesses de Ricardo.

- c) Em função da titularidade da propriedade de Ricardo ser anterior a criação do Parque Nacional, Ricardo continuará sendo o proprietário integral de sua propriedade.
- d) O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Marcos e João estavam debatendo sobre o assunto de posse e seus reflexos durante o intervalo das aulas da faculdade, logo antes de iniciar a aula de Direito Civil. Marcos utilizou como exemplo em sua explicação a relação existente entre seu pai (empregador) e um funcionário que realiza as entregas de mercadorias no carro da empresa, enquanto João estava tratando de posse relativa a bens imóveis. Em relação a esse debate, estará correto quem afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem.

Questão 36

A usucapião, modo de aquisição originário da propriedade, faz predominar a situação de fato, de uso, sobre a situação formal. Assim, quem adquire por usucapião, adquire ex novo, apagando as situações jurídicas anteriores. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Questão 37

Pedro exerce de maneira incontestada e contínua uma servidão aparente, por dez anos, havendo autorização a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título por Pedro não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão de Pedro;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta.

Questão 38

Francisco é devedor em financiamento bancário. Para garantir o pagamento, hipotecou a casa de sua propriedade ao banco. Não se configura situação de extinção da hipoteca:

- a) a extinção da obrigação principal;
- b) o perecimento da coisa;
- c) a novação;
- d) a adjudicação.

Questão 39

Marlon, de 16 anos, pretende se casar, mas leu que o Código Civil, muitas vezes, atrapalha o amor, porque os nubentes estão impedidos de fazê-lo. O oficial de registro, tomando conhecimento da existência de algum impedimento, é obrigado a declará-lo. Marlon não será impedido de casar-se com:

- a) sua prima Samira, também de 16 anos.
- b) sua vizinha Patrícia, de 15 anos, grávida de Marlon;
- c) Sabrina, que mantinha união estável com Brando, estando ambos separados de fato há mais de dois anos;
- d) Maria, sua mãe adotiva.

Questão 40

Rodrigo, depois de abandonar a advocacia tributária, enveredou para a área cível. Imediatamente começa a ganhar honorários polpudos e decide investir num condomínio em multipropriedade. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) Rodrigo é titular de uma fração de espaço da multipropriedade.
- b) o imóvel é indivisível, não se sujeitando a ação de divisão ou de extinção de condomínio.

- c) o imóvel não inclui as instalações, os equipamentos e o mobiliário destinados a seu uso e gozo.
- d) Rodrigo pode usar apenas a respectiva parte ideal do imóvel.

Questão 41

Marcos e Joana são casados no regime de comunhão parcial de bens e não possuem filhos em comum. Em relação aos bens do casal, assinale a alternativa que indica uma medida que não pode ser exercida de forma independente por Marcos, exigindo-se autorização de Joana:

- a) desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial;
- b) pleitear, como autor ou réu, acerca de bens móveis;
- c) reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos;
- d) administrar os bens próprios.



Questão 42

Os alunos do 1º ano do Ensino Médio de um colégio decidem, como comemoração pelo término do ano letivo, viajar para a Argentina. Pesquisaram os preços das passagens, hospedagem e visita aos principais pontos turísticos. Embora quisessem ir sozinhos, os alunos sabiam que não poderiam embarcar e, por isso, pediram que o pai de Pedrinho viajasse também como responsável pelo grupo.

Com base na situação narrada e nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Se o pai de Pedrinho for estrangeiro e residir na Espanha, faz-se necessária autorização de todos os pais permitindo que seus filhos façam a viagem em sua companhia, dispensando-se a autorização judicial.
- b) Para que possa viajar na companhia do pai, Pedrinho precisará de autorização expressa fornecida pela mãe com firma reconhecida.
- c) Todos os adolescentes precisarão obrigatoriamente de autorização judicial para realizar a sonhada viagem para a Argentina.
- d) Em se tratando de viagem internacional, o ECA exige autorização apenas para que as crianças viajem na companhia de terceiros.

Questão 43

Paulinho, mais conhecido como “mão leve”, está internado por ato infracional equiparado ao crime de roubo. De acordo com as previsões do ECA sobre essa medida, é correto afirmar que:

- a) A internação de Paulinho será feita na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável. As visitas serão, pelo menos, semanais e só poderão ser temporariamente suspensas se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade.
- b) A internação é uma medida privativa de liberdade e orientada pelos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devendo ser reavaliada, mediante decisão fundamentada do magistrado, no máximo a cada três meses.
- c) A internação, guiada pelo princípio da brevidade, terá duração máxima de dois anos.
- d) Paulinho, enquanto estiver privado de sua liberdade, terá direito a ser tratado com respeito e dignidade, corresponder-se com familiares e amigos e receber visitas, ao menos, mensalmente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Letícia, cliente do plano de saúde “Viva bem”, precisou realizar uma cirurgia, a qual era coberta pelo plano, mas desde que fosse realizada em um hospital credenciado. Ocorre que ela queria realizar a cirurgia em hospital de sua confiança, em que trabalhavam médicos amigos da sua família, não conveniado ao plano. Após a realização do procedimento no hospital escolhido, e custeado com seu próprio dinheiro, ela requereu ao plano o reembolso das despesas médico-hospitalares relativas ao procedimento cirúrgico, o que lhe foi negado. Você, na qualidade de advogado, deve informá-la corretamente que:

- a) O reembolso das despesas médico-hospitalares por procedimento coberto pelo plano de saúde, efetuadas por seu beneficiário, ainda que fora da rede credenciada, é obrigatório.
- b) O reembolso das despesas médico-hospitalares efetuadas por beneficiário de plano de saúde fora da rede credenciada é obrigatório somente em casos de urgência e emergência.
- c) Não cabe reembolso das despesas médico-hospitalares efetuadas por beneficiário de plano de saúde fora da rede credenciada, uma vez que no momento da contratação o beneficiário é informado de toda a rede de atendimento disponível.
- d) O reembolso das despesas médico-hospitalares efetuadas por beneficiário de plano de saúde fora da rede credenciada é obrigatório somente em hipóteses excepcionais, como inexistência ou insuficiência de estabelecimento ou profissional credenciado no local; e urgência ou emergência do procedimento.

Questão 45

Liliane dirigiu-se a uma concessionária de veículos para comprar um novo carro. Escolhido o automóvel, a compra não pôde ser efetivada por meio de alienação fiduciária, pois seu nome constava no banco de dados dos serviços de proteção de crédito há três anos, em razão de ter deixado de adimplir com a última parcela do financiamento estudantil de 60 meses realizado há cinco anos com outra instituição financeira. Ela, então, procurou você, na qualidade de advogado, que a informou corretamente que:

- a) cabia à instituição financeira em que Liliane contratou o financiamento estudantil a notificação dela antes de proceder à inscrição do seu nome em cadastro negativo de crédito.
- b) legítima a manutenção do nome de Liliane no cadastro de inadimplentes, pois o nome pode ser mantido nos serviços de proteção ao crédito por até cinco anos, independentemente da prescrição da execução.
- c) era dispensável a notificação e o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação à Liliane sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- d) o termo inicial do prazo máximo de cinco anos que o nome de Liliane pode ficar inscrito em órgão de proteção ao crédito era o dia do vencimento da dívida.

DIREITO EMPRESARIAL**Alessandro Sanchez****Questão 46**

Pocky Ltda. (franqueador) pretende licenciar para a empresa pública Telégrafos - Ltda (franqueado) o direito de uso de marca, associado ao direito de distribuição semiexclusiva de produtos para cães e gatos. Tendo em vista as disposições legais sobre o contrato celebrado, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato é válido e não encontra proibição ou impedimento legal em vista das partes contratantes.
- b) A franquia não pode ser adota por empresa pública.
- c) A circular oferta de franquia deverá ser entregue a Ananás Móveis e Decorações Ltda. ME, no mínimo, 30 dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato, ou ainda do pagamento de taxa de adesão ao sistema pelo franqueado.
- d) Se Móveis Combinados Ltda. veicular informações falsas na circular de oferta de franquia, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, Ananás Móveis e Decorações Ltda. ME poderá arguir a nulidade de pleno direito do contrato e exigir devolução de até metade do valor que já houver pago.

Questão 47

Kátia Flávia, Juliana Chevônica e Paloma Bartolomeu decidiram constituir uma sociedade em conta de participação, sendo a primeira sócia ostensiva e as demais sócias participantes.

Sobre o caso apresentado, de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

- a) É vedada a participação de mais de um sócio ostensivo na sociedade em conta de participação; logo, as demais sócias não poderão ter a qualidade de sócio ostensivo.
- b) As sócias participantes Juliana e Paloma poderão fiscalizar a gestão dos negócios sociais pela sócia ostensiva Kátia Flávia.
- c) A sociedade em conta de participação deverá adotar como nome empresarial firma social, da qual deverá fazer parte a sócia ostensiva.
- d) A sociedade somente poderá existir se o contrato não estiver inscrito em qualquer registro, pois é uma sociedade não personificada.

Questão 48

Independentemente de seu objeto social, considera-se sociedade simples a

- a) sociedade em nome coletivo.
- b) sociedade em comandita simples.
- c) sociedade limitada.
- d) sociedade cooperativa.

Questão 49

No contrato de comissão existe previsão legal para uma cláusula em que um comissário assume o gravame de responder solidariamente pela insolvência das pessoas com quem contratar em nome do comitente. Essa cláusula é denominada:

- a) del credere.
- b) pacto comissório.
- c) venda com reserva de domínio.
- d) hedge.

Questão 50

Sobre as invenções e a sua patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), assinale a afirmativa correta.

- a) É registrável como patente qualquer obra ornamental de caráter puramente artístico, ou o conjunto ornamental de linhas e cores que pode ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa.
- b) A vigência da patente vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da data do depósito.

c) A ação de nulidade de patente será ajuizada no foro da Justiça Estadual do domicílio do titular do registro, devendo o INPI ser notificado da propositura da ação para avaliar se tem interesse ou não em intervir no feito, quando não for autor.

d) O pedido de patente pode ser suprido pelo registro na junta comercial de acordo com as instruções do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Amália estava num happy hour com as amigas quando recebeu uma notificação do sistema de processo judicial eletrônico no Tribunal: o juiz havia sentenciado um processo que tramitava há menos de dois meses. A felicidade de Amália durou pouco pois tratava-se de sentença sem resolução do mérito. Nesse caso, qual pode ter sido o motivo para tal desfecho?

a) O juiz pode ter indeferido a petição inicial ou o processo pode ter ficado parado por mais de 30 (trinta) dias por negligência das partes.

b) O autor, por não promover os atos e diligências que lhe incumbiam, abandonou a causa por mais de um ano.

c) O juiz verificou a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo ou deparou-se com a ausência de legitimidade da parte.

d) Houve homologação de transação ou de renúncia à pretensão formulada na ação.

Questão 52

Toretto é condutor de uma ambulância do SAMU e, ao saber que o paciente acabara de sofrer uma parada cardíaca, ligou a sirene e cortou todos os semáforos, passou por cima de calçadas e, em meio às manobras, causou grande dano a diversos veículos. Embora compreendessem a situação, os prejudicados decidiram ajuizar uma ação indenizatória em face do Estado para reaver os valores dispendidos nos reparos dos automóveis. Como era de se esperar, os pedidos foram procedentes e o Estado foi condenado.

Com base na situação narrada, pode-se afirmar:

a) Considerando que a sentença foi proferida contra o Estado, estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos enquanto não confirmada pelo tribunal. No entanto, para que possa ser reexaminada, faz-se necessário que o Estado ajuíze o recurso cabível.

b) Se o valor da condenação for inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos, a sentença não será submetida à remessa necessária.

c) O Código de Processo Civil dispensa a remessa necessária apenas com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na causa.

d) A sentença não será submetida ao reexame pelo Tribunal quando estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, assunção de competência ou reclamação.

Questão 53

A coisa julgada é a propriedade que reveste a decisão não mais sujeita a recurso. A liquidação, por sua vez, será realizada quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida. Com base nesses conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) Augusto e Antenor poderão, a qualquer momento, discutir questões já decididas e sobre as quais se operou a preclusão, desde que tal debate permita a autocomposição das partes.
- b) Bruna, juíza da 1ª Vara Cível, não poderá decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, ainda que se trate de uma relação jurídica de trato continuado.
- c) Carlos poderá promover o cumprimento da sentença quando a apuração do valor depender apenas de cálculos aritméticos.
- d) Daniel, parte sucumbente na ação, requereu a liquidação da sentença e aproveitou a oportunidade para discutir novamente a lide.

Questão 54

Ana Beatriz foi condenada ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos materiais e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em razão de danos morais e estéticos causados a Carlos em um acidente automobilístico. Ao entrar em contato com seu advogado, Ana Beatriz foi informada que:

- a) O cumprimento da sentença, do mesmo modo que ocorre com a liquidação, poderá ser realizado a requerimento do exequente ou do executado.
- b) Ana Beatriz poderá ser intimada para cumprir a sentença pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado, ou por carta com aviso de recebimento.
- c) Se Carlos requerer o cumprimento da sentença após um ano do trânsito em julgado, Ana Beatriz deverá ser intimada pessoalmente por meio de carta com aviso de recebimento.
- d) Carlos poderá levar a decisão a protesto, ainda que não tenha transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

Questão 55

Maria Rita foi contratada para revisar os processos antigos de um escritório. O objetivo era verificar a possibilidade de ajuizamento de ação rescisória ou o arquivamento em definitivo. Na primeira semana de trabalho, Maria Rita ficou bastante feliz pois conseguiu detectar duas ações em que a rescisória seria cabível. Nesse caso:

- a) A decisão pode ter sido proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente.
- b) É certo que a ação rescisória proposta deverá ter por objeto toda a decisão.

- c) Os atos de disposição de direitos e homologados pelo juízo, na fase de conhecimento ou de execução, poderão ser rescindidos.
- d) A legitimidade da rescisória está restrita às partes do processo ou aos terceiros juridicamente interessados, sendo vedada ao Ministério Público.

Questão 56

Inconformada com a decisão que a condenou ao pagamento de danos materiais, morais e estéticos, Ana Beatriz decide recorrer. Considerando a Teoria Geral dos Recursos, pode-se afirmar:

- a) A interposição recursal impede a eficácia da decisão e, desse modo, o exequente ficará impedido de praticar atos expropriatórios.
- b) Caso mude de ideia e decida desistir do recurso, Ana Beatriz deverá peticionar ao juízo informando sua vontade e dependerá da anuência do recorrido.
- c) No ato de interposição recursal, Ana Beatriz deverá comprovar o pagamento do preparo, inclusive porte de remessa e retorno, sob pena de deserção. Caso o processo esteja tramitando virtualmente, será dispensado o recolhimento do porte de remessa e retorno.
- d) Caso Ana Beatriz não comprove o recolhimento do preparo no ato de interposição do recurso, será realizada a sua intimação para que recolha o valor em dobro, sob pena de deserção. Havendo comprovação de que o recolhimento não foi realizado por justo impedimento, o juiz deferirá a Ana Beatriz o prazo de 15 dias para que o efetue.

Questão 57

O Código de Processo Civil prevê que da sentença cabe apelação e esta foi a medida adotada por Igor ao deparar-se com a improcedência dos pedidos formulados na sua petição inicial. Sobre referida espécie recursal, é correto que:

- a) Igor não poderá apelar de questões resolvidas na fase de conhecimento do processo, visto que estas deverão ser objeto de agravo de instrumento.
- b) A apelação será interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau que, após as formalidades necessárias, remeterá os autos ao tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade.
- c) A apelação interposta por Igor não terá efeito suspensivo e, se for o caso, poderá suscitar as questões de fato não propostas no juízo inferior, desde que comprove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- d) O tribunal não poderá debruçar-se sobre todos os fundamentos do pedido ou da defesa, devendo restringir-se àquele que foi acolhido pelo juízo de 1º grau.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Rógerio, perigoso bandido, sequestra a mulher e os dois filhos de Aderbal, gerente de banco, e exigem que este os auxilie em um roubo que farão contra a agência bancária em que este trabalha. Com o escopo de proteger a sua família, Aderbal acaba auxiliando o meliante no referido roubo. Você, chamado para atuar como advogado no caso, deverá informar a família de Aderbal que ele deverá ser absolvido, em virtude da existência de uma causa excludente da:

- a) ilicitude do fato, consistente no estado de necessidade de terceiros.
- b) ilicitude do fato, consistente na legítima defesa de terceiros.
- c) culpabilidade do agente, consistente na inexigibilidade de conduta diversa.
- d) culpabilidade do agente, consistente na inimizabilidade.

Questão 59

Valério Ruindade, para se vingar de seu desafeto Laurindo, decide assassinar seu filho de doze anos de idade que brincava numa praça. Para executar seu plano, se posiciona na janela de sua residência que fica de frente para o referido local, porém, ao proferir o disparo de sua arma de fogo na direção ao menino, com dolo de matar a criança, acaba acertando o tiro na cabeça de Andreson, guarda municipal que passava na rua naquele momento, causando sua morte.

Nesse caso, Valério responderá:

- a) por homicídio doloso em sua forma simples, sem incidência de causa especial de aumento de pena referente a idade da criança.
- b) por homicídio doloso agravado pela idade da vítima e ainda aumentado pela causa especial de aumento de pena presente no art. 121 par. 4º do CP.
- c) homicídio doloso apenas com a pena aumentada pela idade da vítima visada.
- d) homicídio culposo, pela morte do adulto atingido.

Questão 60

Sentindo-se acuado por um cão de grande porte, e não tendo para onde fugir, o pedreiro Fernando abateu o animal com única marretada na cabeça. Ocorre que o cão pertencia a Julio, era muito manso e, em busca de afagos, invadira o parque de obras no qual se encontrava Fernando. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a conduta de Fernando:

- a) não configurou infração penal punível, em razão de exclusão da ilicitude pela legítima defesa.
- b) não configurou infração penal punível, em razão de legítima defesa putativa pelo erro de proibição.
- c) não configurou infração penal punível, em razão de estado de necessidade putativo.

d) configurou crime de dano doloso.

Questão 61

Reinaldo foi ameaçado de morte por Vitor, conhecido na vizinhança como impiedoso matador de aluguel. Tendo sido avisado, por fontes seguras, que Vitor o mataria naquela noite e, visando defender-se, Reinaldo saiu de casa com uma faca no bolso de seu casaco, pois sabia que poderia encontrar Vitor pelo caminho.

Quando passava por uma rua deserta e escura Reinaldo se depara com Vitor e vendo que este colocava a mão no bolso, precipita-se e, objetivando impedir o suposto ataque que iminente, esfaqueia Vitor, provocando-lhe lesões corporais que desejava para se defender. Todavia, após o ocorrido, o próprio Vitor contou a Reinaldo que não iria matá-lo, pois há muito tinha desistido de seu intento e, naquela noite, tinha ido ao seu encontro justamente para dar-lhe a boa notícia. Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) considerando-se o erro cometido por Reinaldo como escusável, Rodrigo não poderia ser considerado isento de pena.
- b) considera-se que a conduta de Reinaldo foi dolosa.
- c) Reinaldo não agiu em legítima defesa putativa, em face de seu erro.
- d) considerando-se o erro de Reinaldo como inescusável, ele ainda assim responderia a título de dolo.

Questão 62

Henrique, turista holandês nascido na Jamaica, e que veio ao Brasil para passar as férias na cidade de Visconde de Mauá, ao passar pela cidade do Rio de Janeiro antes de seu destino final, resolveu passar de bicicleta na lagoa Rodrigo de Freitas e, no intento de já ir começando a relaxar, Henrique passou a fumar um enorme cigarro de maconha, acreditando se tratar de uma conduta lícita, e permitida, como há muito ocorre no país em que vive, algo também aceito em sua terra Natal.

Nesta hipótese, segundo a doutrina penal, voce, como advogado (a) deste caso, poderia alegar a seguinte tese defensiva:

- a) um erro de tipo permissivo e ausência de culpabilidade
- b) um erro de tipo, incidente sobre a elementar do tipo penal
- c) um erro de proibição e ausência de culpabilidade
- d) erro de execução na conduta típica

Questão 63

Gilberto, desejoso de tirar a vida da própria mãe, dispara sua arma de fogo a noite contra ela na chegada em sua casa, porem acaba causando a morte de sua tia por confundi-la com sua mãe, já que estava escuro e elas possuíam as mesmas características físicas. Com base na como a situação acima, é correto afirmar que Gilberto incorre na modalidade de erro:

- a) de tipo escusável – invencível – devendo responder pelo crime de homicídio sem a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente, pois haja a vítima não era a sua mãe.
- b) de proibição devendo responder pelo crime de homicídio qualificado pelo fato de ter pretendido atingir ascendente de acordo com o seu dolo, independente da identidade da vítima.
- c) essencial inescusável – vencível – e não deverá responder pelo crime de homicídio qualificado, uma vez que a pessoa atingida não era a vítima por ele pretendida.
- d) acidental na modalidade error in persona, devendo responder pelo crime de homicídio com a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente, mesmo a vítima não tendo sido, de fato, a sua mãe.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Aponte a alternativa correta a respeito da lavratura do auto de prisão em flagrante:

- a) O preso que não tiver advogado constituído será interrogado desacompanhado de seu defensor pela autoridade policial.
- b) A confissão do preso impedirá a liberdade provisória na audiência de custódia.
- c) A confissão do preso impedirá o arbitramento da fiança pela autoridade policial.
- d) O preso que se recusar a assinar a nota de culpa, perderá o direito de ser levado para a realização da audiência de custódia.

Questão 65

Durante audiência de instrução e julgamento, Paulo e Pedro, ambos testemunhas arroladas pela acusação, divergem categoricamente em suas declarações. Paulo afirma que viu o réu desferindo golpes de faca na vítima; já Pedro tem certeza absoluta que o réu estava dormindo no momento das facadas. Diante dessa situação, o advogado do réu terá como melhor opção de atuação requerer a:

- a) contradita das testemunhas.
- b) acareação das testemunhas.

- c) instauração de incidente de falsidade em face da testemunha que apresentou a pior versão dos fatos contra o seu cliente.
- d) pedir ao Ministério Público que ofereça denúncia por calúnia contra Paulo.

Questão 66

Pereira, agente da Polícia Civil do Estado do Ceará, recebeu denúncia anônima de que uma organização criminosa estava atuando em sua circunscrição. Após ser cientificada dos fatos, a delegada de polícia comunicou o juiz que optaria por retardar as prisões em flagrante para melhor investigar e ampliar os resultados de sua investigação. Diante desse fato, aponte a alternativa que não contém a modalidade correta de prisão em flagrante:

- a) postergado
- b) retardado
- c) esperado
- d) ação controlada

Questão 67

Incomodado com o namora de sua filha e o vizinho da casa ao lado, Roberto, pai da moça, tem a ideia de jogar sua bicicleta, de madrugada, no quintal do vizinho namorador e chamar a polícia noticiando o furto. A polícia vai até o local e, em diligência preliminar, encontra a bicicleta no quintal do vizinho que é preso em flagrante. Diante dessa armação feita, responda, dentre outras, qual deverá ser a primeira alegação do advogado do preso:

- a) relaxamento da prisão por força do flagrante preparado.
- b) relaxamento da prisão por força do flagrante forjado.
- c) relaxamento da prisão por força do flagrante esperado.
- d) relaxamento da prisão por força do flagrante ficto ou presumido.

Questão 68

Frederico Marques, vulgo "rasga velha", pessoa de altíssima periculosidade, após cumprir 40 anos de prisão em regime fechado, é flagrado pela polícia militar fumando maconha em plena luz do dia, na Avenida Paulista. Considerando que o art. 28 da Lei de Drogas (porte de droga para consumo próprio) não possui, sequer, pena privativa de liberdade prevista em lei, responda:

- a) a lavratura do auto de prisão em flagrante será obrigatória por força do apelido (vulgo) do criminoso.
- b) a lavratura do auto de prisão em flagrante será obrigatória por força dos maus antecedentes do preso.
- c) não se poderá lavrar auto de prisão em flagrante pois fumar maconha não é crime.

d) não se poderá lavrar auto de prisão em flagrante pois fumar maconha é crime de menor potencial ofensivo.

Questão 69

A respeito da prisão preventiva com as novas regras do pacote anticrime, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- b) A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares
- c) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena, salvo em execução provisória de pena.
- d) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Júlio dos Anjos foi contratado como gerente de uma grande loja de exportação de medicamento, e no ato da contratação foi informado pelo seu empregador que não teria direito a usufruir do repouso semanal remunerado, uma vez que exerce função diferenciada e com percepção de gratificação de função.

Acerca da hipótese apresentada, é correto afirmar que

- a) o empregado exercente de cargo de confiança, não será devida a remuneração do repouso semanal.
- b) o repouso semanal remunerado é obrigatório, quando previsto expressamente no contrato de trabalho.
- c) o repouso semanal remunerado, frente a função exercida, é opcional, e preferencialmente aos domingos.
- d) o repouso semanal remunerado é obrigatório e preferencialmente aos domingos.

Questão 71

Maria Joaquina trabalha como garçomete na “Hamburgueria 10” Ltda., e no último mês de prestação de serviço, anterior a sua dispensa, recebeu o importe de R\$3.500,00, sendo R\$2.000,00 referente ao pagamento feito diretamente pelo empregador, e R\$1.500,00 correspondente a importância paga pelos clientes a título de gorjeta.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) R\$ 3.500,00 é o salário de Joaquina.
- b) R\$ 2.000,00 é o salário de Joaquina.
- c) R\$ 1.500,00 é a remuneração de Joaquina.
- d) R\$ 2.000,00 é a remuneração de Joaquina.

Questão 72

João se deslocava ao seu trabalho sempre de bicicleta e por tal razão nunca solicitou ao seu empregador o vale-transporte. No entanto, o empregado mudou-se de apartamento com a sua família, e passou a residir a uma distância de 10 km do serviço.

Nesta situação, o empregado requereu o vale-transporte perante o seu empregador, quando foi alertado acerca do desconto que ocorreria em seu salário pela concessão da referida parcela.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O empregador apenas participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% de seu salário básico.
- b) O empregador apenas participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 8% de sua remuneração.
- c) O Vale-Transporte possui natureza salarial, e será desconto do empregado no importe de 3,2% de seu salário básico.
- d) O Vale-Transporte possui natureza salarial, e será desconto do empregado no importe de 6% de seu salário básico.

Questão 73

Frajola foi contratado para trabalhar no Bar “Dono do Mundo” Ltda., laborando na função de atendente. Em dias de grande movimento, Frajola acabava por atender os clientes, bem como já recebia os valores devidos.

Contudo, em um dos seus atendimentos, o empregado cobrou de forma equivocada o cliente, causando um déficit no caixa de R\$250,00, o que o fez justificar ao empregador que o equívoco ocorreu pela grande demanda de trabalho nos dias de movimento intenso.

O empregador inconformado com o ocorrido, resolve descontar do salário do empregado, não aceitando qualquer justificativa.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O desconto será lícito, nesta situação, desde que esta possibilidade tenha sido acordada entre as partes.
- b) O desconto salarial será lícito, em razão da clara negligência do empregado, e independente de acordo entre as partes.
- c) O desconto salarial apenas é autorizado pela legislação, quando observado o dolo do empregado no dano ocasionado.
- d) A legislação veda qualquer desconto salarial, com base no princípio da irredutibilidade salarial.

Questão 74

Pedro João é auxiliar administrativo na empresa “Dig Dig Joy” Ltda. há cinco anos, e possui a título de qualificação apenas a formação no ensino médio. Em contrapartida, Zé é engenheiro civil e trabalha na mesma empresa há seis meses e, após sofrer acidente de trabalho, foi readaptado na função de auxiliar administrativo, em razão da deficiência física devidamente atestada e comprovada.

Tendo ciência de que ambos trabalham no mesmo estabelecimento, e com a mesma carga horária, assinale a alternativa correta, quanto a possibilidade de equiparação salarial.

- a) Pedro João não terá direito à equiparação, uma vez que o trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
- b) Pedro João faz jus à equiparação salarial, pois sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.
- c) Independentemente se o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público, Pedro João terá direito à equiparação pela diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador.
- d) Pedro João não tem direito à equiparação, pois é vedada a indicação de paradigmas remotos. Contudo, no caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará,

além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 100% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Questão 75

Eduardo foi contratado para trabalhar em regime 12x36 por meio de acordo individual estipulado entre ele e o empregador. No entanto, ao receber a primeira parcela salarial, observou que em seu holerite não constava o pagamento dobrado pelo labor realizado em domingos e feriados, o que o fez questionar a equipe de recursos humanos.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O empregador deveria ter remunerado de forma dobrado o domingo trabalhado, quando as 12 horas laboradas incidissem sobre o respectivo dia.
- b) A jornada pactuada revela-se inválida, uma vez que pactuado por acordo individual, hipótese que implicará no pagamento dobrado pelos domingos laborados.
- c) A remuneração mensal pactuada no regime 12x36 abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno.
- d) A remuneração mensal pactuada no regime 12x36 abrange apenas os pagamentos devidos pelos feriados trabalhados, os quais serão considerados compensados.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Em sede de Reclamação Trabalhista, proposta por Mariquinha, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela antes da sentença. A empresa fica informada e pretende reverter os efeitos desta decisão, hipótese em que poderá se valer de

- a) mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.
- b) agravo retido, por se tratar de decisão interlocutória.
- c) protesto antipreclusivo, considerando a inexistência de recurso próprio.
- d) recurso ordinário, considerando que a decisão recorrida é terminativa do feito.

Questão 77

José dos Reis ajuizou Reclamação Trabalhista pleiteando horas extra e vale-transporte. O empregado alega que a empresa XPTO sempre recusou a concessão do vale-transporte, sob a justificativa de que José trabalhava a uma distância inferior a 3km de sua residência.

Nesta situação, quanto às regras de distribuição do ônus da prova, frente a ação proposta, assinale a alternativa correta.

- a) É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.
- b) É do empregado o ônus de comprovar que não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte.
- c) É do empregador o ônus de comprovar o fato constitutivo do direito do empregado.
- d) Não há regra específica de ônus da prova, quanto ao vale transporte.

Questão 78

Maria Cecília postula em Reclamação Trabalhista o pagamento de horas extras, afirmando que excedia a jornada de trabalho. Em sede de Contestação, mesmo possuindo apenas 11 empregados na empresa, a ex-empregadora, “Sonho Azul” Ltda., apresentou controles de ponto, os quais apontavam uma jornada das 10:00 às 19:00 horas, com intervalo de uma hora, sem variação.

Diante da situação apresentada, segundo o TST, é correto afirmar que:

- a) os controles de horário serão reputados inválidos, transferindo-se o ônus da prova para o empregador, que deverá provar que a anotação neles feita é verdadeira, sob pena de acolher-se a jornada da inicial.
- b) a presunção de veracidade da jornada anotada nos controles é absoluta, de modo que o juiz deve receber aqueles horários como fidedignos e indeferir outras provas apresentadas pelo empregado.
- c) a empresa não possuía obrigação de apresentar os cartões de ponto, logo, não há presunção de veracidade das alegações apresentadas pelo empregado.
- d) os controles de horário são válidos, e caberá ao empregado fazer prova em sentido contrário.

Questão 79

Denis do Gueto foi dispensado de forma imotivada, e possui muitas horas extras a receber, optando por negociá-las no ato de sua dispensa com o seu empregador, evitando com isso futura demanda trabalhista.

Após algumas semanas de negociação, as partes realizam um acordo quanto ao pagamento das horas extras devidas em um total de R\$5.000,00, a ser pago em dez parcelas. Nesta situação, as partes se socorrem da Justiça do Trabalho para fins de homologação do acordo extrajudicial entabulado.

Com fulcro na Consolidação das Leis do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) As partes poderão se valer do jus postulandi, tendo em vista que a negociação do acordo foi feita diretamente pelas partes.
- b) A representação das partes por advogado, que poderá ser o mesmo para ambas, é obrigatória, ainda que a negociação do acordo tenha sido feita diretamente por elas.
- c) O acordo será apresentado em petição conjunta, e analisada pelo juiz no prazo de cinco dias, a contar de sua distribuição.
- d) O magistrado analisará o acordo no prazo de quinze dias, a contar da distribuição da petição, e designará audiência se entender necessário.

Questão 80

Fernando foi notificado da Reclamação Trabalhista proposta pela sua ex-empregada doméstica, Dona Carmen, em 10/02, e lhe procura como advogado para fins de questionar o prazo para a apresentação de sua defesa, já que a audiência ocorrerá em 12/02, o que lhe preocupa para fins probatórios.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) a notificação é nula, uma vez que não observado o prazo de 05 dias entre a notificação e a audiência.
- b) a notificação é nula, uma vez que não observado o prazo de 48 horas entre a notificação e a audiência.
- c) a notificação é válida, e o empregador poderá apresentar a sua defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico no prazo de 48 horas da notificação.
- d) a notificação é válida, e o empregador poderá apresentar a sua defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico no prazo de cinco dias da notificação.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia

OAB